
Kinea Crédito Agro FIAgro - Imobiliário

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

***(Administrado pela Intrag Distribuidora de
Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)***

Demonstrações financeiras em

30 de junho de 2023

e relatório dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas e à Administradora
Kinea Crédito Agro FIAgro - Imobiliário
(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Kinea Crédito Agro FIAgro - Imobiliário ("Fundo") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

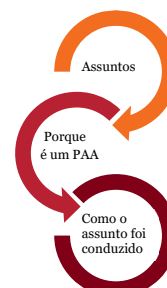
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Kinea Crédito Agro FIAgro - Imobiliário em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento imobiliário regulamentados pela Instrução CVM nº 516.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Kinea Crédito Agro FIAgro - Imobiliário
(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

Porque um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Existência e mensuração dos certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) – Notas Explicativas 3 e 5

Conforme apresentado no Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2023, os recursos do Fundo estão substancialmente aplicados em certificados de recebíveis do agronegócio mensurados ao valor justo.

A mensuração do valor justo dos certificados de recebíveis do agronegócio considera a utilização de técnicas de avaliação por meio de modelos internos baseados em premissas de mercado. Essas aplicações estão custodiadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Considerando a relevância da carteira de aplicações em relação ao patrimônio líquido do Fundo e a consequente apuração do valor de sua cota, a existência e mensuração dessas aplicações foram consideradas áreas de foco em nossa auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros:

Para os certificados de recebíveis do agronegócio, testes sobre a razoabilidade das principais premissas adotadas pela Administração na precificação dos instrumentos, bem como análise sobre o alinhamento destas premissas e do modelo utilizado com as práticas usualmente observadas no mercado, além de testes relacionados a contabilização do ajuste a valor justo e dos rendimentos dos CRAs em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelo Fundo.

Adicionalmente, efetuamos teste quanto a existência desses investimentos por meio do confronto das informações constantes na carteira do Fundo com as informações do órgão custodiante.

Nossos procedimentos de auditoria proporcionaram evidência apropriada e suficiente sobre a mensuração e existência dos investimentos do Fundo.

Ênfase

Adoção de política contábil

Chamamos a atenção para a Nota 22 às demonstrações financeiras que descreve sobre a adoção de política contábil pelo Fundo em discussão atualmente. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento Imobiliário regulamentados pela Instrução CVM nº 516 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com



Kinea Crédito Agro FIAgro - Imobiliário
(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. A continuidade das operações de um fundo de investimento é, adicionalmente, dependente da prerrogativa dos cotistas em resgatar suas cotas nos termos do regulamento do Fundo. Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração do Fundo.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração do Fundo, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive



Kinea Crédito Agro FIAgro - Imobiliário
(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de setembro de 2023

A handwritten signature in dark ink, appearing to read "PricewaterhouseCoopers", written over a light blue horizontal line.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3

Kinea Crédito Agro FIAgro - Imobiliário
(CNPJ: 41.745.701/0001-37)
(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)
(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2023 e 2022
Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	2023	% PL	2022	% PL	Passivo	Nota explicativa	2023	% PL	2022	% PL
Circulante		50.432	3,14	131.405	18,41	Circulante		20.597	1,28	12.071	1,69
Disponibilidades	3	31	0,00	31	0,01	Provisões e contas a pagar		20.597	1,28	12.071	1,69
						Custo de distribuição a pagar - 4ª emissão		777	0,05	-	-
Aplicações financeiras de natureza não imobiliária	3 e 4	50.365	3,14	131.350	18,40	Custo de distribuição a pagar - 2ª emissão	9	-	-	2.586	0,36
Aplicações Operações Compromissadas - LTN		50.365	3,14	131.350	18,40	Distribuição de rendimentos a pagar	8	18.189	1,13	8.739	1,22
						Taxa de administração	7	1.486	0,09	692	0,10
Outros valores a receber		36	0,00	24	0,00	Outros		145	0,01	54	0,01
Realizável a longo prazo		1.573.791	98,14	594.599	83,28						
Ativos financeiros ligados ao agronegócio	5	1.420.966	88,61	594.599	83,28	Patrimônio líquido	9	1.603.626	100,00	713.933	100,00
Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA		1.389.023	86,62	594.599	83,28	Cotas integralizadas		1.570.139	97,91	711.533	99,67
Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI		31.943	1,99	-	-	Lucros acumulados		3.396	0,21	21	0,00
						Outros Resultados Abrangentes		30.091	1,88	2.379	0,33
Outros ativos financeiros isentos		152.825	9,53	-	-						
Letra de Crédito Imobiliário - LCI		152.825	9,53	-	-						
Total do ativo		1.624.223	101,28	726.004	101,69	Total do passivo e patrimônio líquido		1.624.223	101,28	726.004	101,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Kinea Crédito Agro FIAgro - Imobiliário

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Demonstração do Resultado do exercício findo em 30 de junho de 2023 e período de 18 de outubro de 2021 (início das atividades) a 30 de junho de 2022

Em milhares de reais

	Nota explicativa	2023	2022
Composição do Resultado do Exercício/Período			
Ativos Financeiros Ligados ao Agronegócio		173.016	44.430
Rendimento de Certificados de Recebíveis do Agronegócio		170.117	44.374
Ajuste a valor justo realizado na venda de Certificados de Recebíveis do Agronegócio		1.614	-
Resultado na Venda de Certificados de Recebíveis do Agronegócio		1.230	56
Rendimento de Certificados de Recebíveis Imobiliários		55	-
Resultado Líquido de Ativos Financeiros Ligados ao Agronegócio		(1.726)	-
Despesas com operações compromissadas reversas lastreadas em Certificados de Recebíveis do Agronegócio		(1.726)	-
Outros Ativos Financeiros Isentos		12.138	-
Rendimento de Letras de Crédito Imobiliário		12.138	-
Outros Ativos Financeiros		9.714	3.442
Rendas com operações compromissadas		9.714	3.442
Outras Receitas/Despesas		(14.177)	(3.804)
Sobra de taxa de ingresso - 2ª emissão de cotas	7	394	430
Sobra de taxa de ingresso - 3ª emissão de cotas	7	475	-
Remuneração da administração	7 e 13	(13.656)	(3.810)
Auditoria e custódia	13	(979)	(257)
Taxa de fiscalização CVM	13	(46)	(23)
Outras Despesas	13	(365)	(144)
Lucro líquido do exercício/período		178.965	44.068
(+/-) Outros Resultados Abrangentes		27.712	2.379
Ajuste a valor justo de investimento		27.712	2.379
Resultado Abrangente do Exercício/Período		206.677	46.447

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Kinea Crédito Agro FIAgro - Imobiliário

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do exercício findo em 30 de junho de 2023 e período de 18 de outubro de 2021 (início das atividades) a 30 de junho de 2022

Em milhares de reais

<u>Outros Resultados Abrangentes</u>				
			<u>Ativos Financeiros ao Valor</u> <u>Justo por meio de Outros</u> <u>Resultados Abrangentes</u>	
	<u>Nota explicativa</u>	<u>Cotas integralizadas</u>		<u>Lucros acumulados</u>
				<u>Total</u>
Saldos em 18 de outubro de 2021		-	-	-
Integralização de Cotas - 1ª Emissão (encerrada em 10/01/2022)	9	512.343	-	512.343
Integralização de Cotas - 2ª Emissão (início em 12/05/2022 e encerramento em 24/06/2022)	9	199.190	-	199.190
Ajuste a valor justo de investimentos		-	2.379	2.379
Lucro líquido do período		-	-	44.068
Distribuição de resultado no período	8	-	-	(44.047)
Saldos em 30 de junho de 2022		711.533	2.379	21
Integralização de Cotas - 2ª Emissão (início em 12/05/2022 e encerramento em 24/06/2022)	9	103.570	-	103.570
Integralização de Cotas - 3ª Emissão (início em 10/11/2022 e encerramento em 11/01/2023)	9	612.955	-	612.955
Integralização de Cotas - 4ª Emissão (início em 05/06/2023 e encerramento em andamento)	9	142.081	-	142.081
Ajuste a valor justo de investimentos		-	27.712	27.712
Lucro líquido do exercício		-	-	178.965
Distribuição de resultado no exercício	8	-	-	(175.590)
Saldos em 30 de junho de 2023		1.570.139	30.091	3.396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Kinea Crédito Agro FIAgro - Imobiliário

(CNPJ: 16.706.958/0001-32)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Demonstração do Fluxo de Caixa do exercício findo em 30 de junho de 2023 e período de 18 de outubro de 2021 (início das atividades) a 30 de junho de 2022

Em milhares de reais

	Nota explicativa	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimento de juros e correção monetária de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA		140.176	38.708
Recebimento de prêmio de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA		1.636	-
Recebimento de resultado na venda de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA		1.434	56
Recebimento de resultado na venda de Letras de Crédito Imobiliário - LCI		12.138	-
Pagamento de juros de operações compromissadas reversas lastreadas em Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA		(1.726)	-
Rendimento líquido com operações compromissadas	4	9.714	3.442
Pagamento da remuneração da administração	7	(12.862)	(3.118)
Pagamento de auditoria e custódia		(902)	(211)
Pagamento de taxa de fiscalização CVM		(57)	(40)
Pagamento de outros gastos operacionais		(352)	(143)
Caixa líquido das atividades operacionais		149.199	38.694
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA		(911.990)	(591.982)
Venda de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA		94.054	4.943
Recebimento de amortização de principal de Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA		81.042	485
Aquisição de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI		(31.991)	-
Aquisição de Letras de Crédito Imobiliário - LCI		(626.842)	-
Venda de Letras de Crédito Imobiliário - LCI		474.016	-
Aquisição de operações compromissadas reversas lastreadas em Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA		60.766	-
Venda de operações compromissadas reversas lastreadas em Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA		(60.766)	-
Caixa líquido das atividades de investimentos		(921.711)	(586.554)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de quotas - 1ª Emissão	9	-	512.343
Integralização de quotas - 2ª Emissão	9	103.570	199.190
Integralização de quotas - 3ª Emissão		612.955	-
Integralização de quotas - 4ª Emissão (em andamento)		142.081	-
Recebimento de taxa de ingresso - 1ª Emissão		-	7.090
Custo de distribuição de cotas - 1ª emissão	7	-	(6.660)
Recebimento de taxa de ingresso - 2ª Emissão	7	1.344	2.586
Custo de distribuição de cotas - 2ª emissão		(3.536)	-
Recebimento de taxa de ingresso - 3ª Emissão		9.184	-
Custo de distribuição de cotas - 3ª emissão		(8.709)	-
Recebimento de taxa de ingresso - 4ª Emissão (em andamento)		2.557	-
Custo de distribuição de cotas - 4ª emissão (em andamento)		(1.779)	-
Distribuição de Rendimentos para os Cotistas	8	(166.140)	(35.308)
Caixa líquido das atividades de financiamento		691.527	679.241
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício/Período	3	(80.985)	131.381
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício/Período		131.381	-
		50.396	131.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras:

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

1. Contexto operacional

O Kinea Crédito Agro FIAGRO-Imobiliário, administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., foi constituído em 06 de agosto de 2021 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado, nos termos da Instrução CVM nº 472 de 13 de janeiro de 2010 e da Resolução da CVM nº 39, de 13 de julho de 2021 ("FIAGRO-Imobiliário") e iniciou suas operações em 18 de outubro de 2021. É destinado a receber recursos de investidores em geral, que busquem retorno de longo prazo, compatível com a Política de Investimento do Fundo, e que aceitem os riscos inerentes a tal investimento.

Seu objetivo é a obtenção de renda e ganho de capital por meio do investimento nas cadeias produtivas agroindustriais localizadas em todo o território nacional, preponderantemente – assim entendido como mais de 50% do patrimônio líquido do Fundo – através do investimento em: (i) Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), (ii) Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), (iii) Certificados de Recebíveis Imobiliários relativos a imóveis rurais ou relacionados às cadeias produtivas agroindustriais (CRI), (iv) Letras de Crédito Imobiliário relativas a imóveis rurais ou relacionadas às cadeias produtivas agroindustriais (LCI), (v) Letras Imobiliárias Garantidas relativas a imóveis rurais ou relacionadas às cadeias produtivas agroindustriais (LIG), (vi) cotas de FIAGRO, cotas de fundos de investimento imobiliário (FII), cotas de fundos de investimento em participações (FIP) e/ou cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), desde que os referidos FII, FIP e FIDC tenham como política de investimento atividades preponderantes que sejam permitidas aos FIAGRO, (vii) outros ativos, ativos financeiros, títulos e valores mobiliários, conforme venham a ser permitidos aos FIAGRO.

O Fundo necessita manter um percentual de seu patrimônio aplicado em ativos de liquidez para fazer frente às suas necessidades de liquidez e para pagamento das despesas do Fundo, na forma prevista no item 4.2.2 do seu Regulamento e do parágrafo único do artigo 46 da Instrução CVM nº 472/08.

Os principais riscos associados ao Fundo estão detalhados na nota 6.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas e práticas contábeis adotadas no Brasil para os Fundos de Investimento Imobiliários que são definidas pelas normas previstas na Instrução CVM nº 516/11 e pelas demais normas contábeis aplicáveis às companhias abertas, caso aplicáveis, conforme editadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

3. Resumo das principais políticas contábeis e critérios de apuração

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administradora efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes dos ativos e passivos apresentados, bem como os montantes de receitas e despesas reportados para o exercício do relatório. O uso de estimativas se estende às provisões necessárias para créditos de liquidação duvidosa, valor justo e mensuração de valor recuperável de ativos. Os resultados efetivos podem variar em relação às estimativas.

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários e aplicações em operações compromissadas que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Estão representados pelas disponibilidades e por operações compromissadas.

i. Disponibilidades

Incluem caixa e saldos positivos em conta movimento com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

ii. Operações compromissadas

São operações com compromisso de revenda com vencimento em data futura, anterior ou igual à do vencimento dos títulos objeto da operação, valorizadas diariamente conforme a taxa de mercado da negociação da operação.

b) Ativos financeiros ligados ao agronegócio

i. CRA – Certificados de Recebíveis do Agronegócio

As aplicações em Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA, são contabilizadas pelo custo de aquisição e ajustado ao valor justo (nota 17), conforme metodologia de precificação desenvolvida pelo Itaú Unibanco S.A. e aplicada pela Administradora do Fundo, que considera premissas de mercado (como por exemplo, taxa de juros futuro e risco de crédito dos emissores). Os ajustes a valor justo são contabilizados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. As receitas auferidas com os rendimentos dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA são contabilizados em rubricas específicas no resultado.

De acordo com o CPC 48, a classificação e a mensuração dos ativos financeiros dependem: (a)

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

do modelo de negócios no qual são administrados; (b) das características de seus fluxos de caixa. Especificamente, para que os ativos financeiros sejam classificados e mensurados com base no Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), as seguintes condições cumulativas devem ser atendidas: a) o ativo financeiro seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e (b) os termos contratuais do ativo financeiro deem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. No entendimento da Administradora, ambas as condições são aplicáveis aos CRAs que compõem a carteira de investimentos do Fundo, de forma que a adoção dessa prática contábil é que mais adequadamente reflete o modelo de negócios no qual os ativos financeiros são geridos pelo Fundo.

ii. CRI – Certificados de Recebíveis Imobiliários

As aplicações em Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, são contabilizadas pelo custo de aquisição e ajustado ao valor justo (nota 5), conforme metodologia de precificação desenvolvida pelo Itaú Unibanco S.A., na figura de controlador e custodiante, que considera premissas de mercado (como por exemplo, taxa de juros futuro e risco de crédito dos emissores). As receitas auferidas com os rendimentos dos Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI são contabilizados em rubricas específicas no resultado e os ajustes a valor justo são contabilizados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

De acordo com o CPC 48, a classificação e a mensuração dos ativos financeiros dependem: (a) do modelo de negócios no qual são administrados; (b) das características de seus fluxos de caixa. Especificamente, para que os ativos financeiros sejam classificados e mensurados com base no Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), as seguintes condições cumulativas devem ser atendidas: a) o ativo financeiro seja mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e (b) os termos contratuais do ativo financeiro deem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. No entendimento da Administradora, ambas as condições são aplicáveis aos CRIs que compõem a carteira de investimentos do Fundo, de forma que a adoção dessa prática contábil é que mais adequadamente reflete o modelo de negócios no qual os ativos financeiros são geridos pelo Fundo.

c) Outros ativos financeiros isentos

i. LCI – Letras de Crédito Imobiliário

As aplicações em Letras de Crédito Imobiliário - LCI são contabilizadas pelo custo de aquisição e ajustado ao valor justo, conforme metodologia de precificação desenvolvida pelo Itaú Unibanco S.A. As receitas auferidas com os rendimentos das Letras de Crédito Imobiliário - LCI e o ajuste a valor justo são contabilizados em rubricas específicas no resultado.

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

d) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são apropriadas ao resultado segundo o regime contábil de competência.

e) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional do Fundo é o Real, mesma moeda de preparação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais.

f) Lucro ou Prejuízo por cota

O lucro ou prejuízo por cota é calculado considerando-se o número de cotas em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

4. Aplicações financeiras de natureza não imobiliária

As aplicações financeiras em 30 de junho de 2022 estão representadas por:

4.1. Operações Compromissadas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
(a) Aplicações em Operações Compromissadas		
Letras do Tesouro Nacional – LTN	50.365	131.350

- (a) São operações com compromisso de revenda com vencimento em data futura, anterior ou igual à do vencimento dos títulos objeto da operação, valorizadas diariamente conforme a taxa de mercado da negociação da operação. Essas aplicações financeiras compõem o saldo de caixa e equivalentes de caixa.

5. Aplicações financeiras

5.1. Ligados ao agronegócio

(a) Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA

Em 30 de junho de 2023 e 2022

	Título	Emissor	Rating	Agência	Devedor	Código Ativo	Vencimento	Valor 2023	Valor 2022
1	CRA	Virgo Companhia de Securitização	brAA+	S&P	Cocal Comércio Indústria Canaã Açúcar e Alcool Ltda.	CRA022007KI	15/08/2030	106.317	-
2	CRA	Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.	*	-	Hinove Agrociência S.A.	CRA023008HL	04/05/2027	101.565	-
3	CRA	Eco Securitizadora de Direitos	*	-	Agropecuária Schio Ltda.	CRA022006BT	04/12/2028	99.714	99.166

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

4	CRA	Creditórios do Agronegócio S.A. Vert Companhia Securitizadora	*	-	Usinas Itamarati S.A.	CRA021005QP	28/12/2027	90.095	88.134
5	CRA	Vert Companhia Securitizadora	*	-	Usinas Itamarati S.A.	CRA021005QS	28/12/2027	89.852	88.134
6	CRA	Virgo Companhia de Securitização	brAAA	S&P	Minerva S.A.	CRA0220073P	16/07/2029	76.226	-
7	CRA	Vert Companhia Securitizadora	AAAbr	Moody's	Klabim S.A.	CRA022007EP	15/05/2034	68.450	-
8	CRA	Virgo Companhia de Securitização	*	-	Tecnomy Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda.	CRA022007VM	04/11/2025	67.863	-
9	CRA	Virgo Companhia de Securitização	*	-	Tecnomy Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda.	CRA022007VL	04/11/202	67.863	-
10	CRA	Virgo Companhia de Securitização	*	-	Tecnomy Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda.	CRA022007VK	04/11/202	67.863	-
11	CRA	Virgo Companhia de Securitização	*	-	Rio Amambai Agroenergia S.A.	CRA021004I3	04/12/2028	65.079	79.792
12	CRA	Virgo Companhia de Securitização	*	-	Rio Amambai Agroenergia S.A.	CRA021004I5	04/12/2028	65.078	79.792
13	CRA	Virgo Companhia de Securitização	*	-	Rio Amambai Agroenergia S.A.	CRA021004I4	04/12/2028	65.078	79.792
14	CRA	Virgo Companhia de Securitização	*	-	Rio Amambai Agroenergia S.A.	CRA021004I6	04/12/2028	65.078	79.792
15	CRA	Virgo Companhia de Securitização	*	-	Frigol S.A.	CRA02200B42	16/10/2028	63.120	-
16	CRA	Opea Securitizadora S.A.	*	-	Ind. e Com. de Prod. Alim. Cepêra Ltda.	CRA023009EX	28/04/2028	55.989	-
17	CRA	True Securitizadora S.A.	*	-	Raízen Energia S.A.	CRA022008NB	15/08/2032	53.141	-
18	CRA	Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.	*	-	Nativa Agrícola Ltda.	CRA022008C4	30/12/2026	51.087	-
19	CRA	RB Sec Companhia De Securitização	AAsf (bra)	Fitch Ratings	Eldorado Brasil Celulose S.A.	CRA021002YB	15/09/2027	48.053	-
20	CRA	Virgo Companhia de Securitização	*	-	Bartira Agropecuária S.A.	CRA022000B5	05/04/2032	21.512	-
TOTAL								1.389.023	594.599

(*) Os CRA objeto desta emissão não foram objeto de análise de classificação de risco.

1. O CRA é lastreado em direitos creditórios do agronegócio, devidos pela devedora Cocal Comércio Indústria Canaã Açúcar e Alcool Ltda. com lastro nos direitos creditórios do agronegócio oriundos da CPR-Financeira. Não serão constituídas garantias, reais ou pessoais, sobre os CRA ou sobre a CPR-Financeira. O CRA foi emitido em 15/08/2022, sendo adquirido pelo fundo com a taxa IPCA + 6,62% ao ano.
2. O CRA é lastreado em direitos creditórios do Agronegócio, baseado no risco corporativo da Hinoce Agrociência S.A., empresa que atua no segmento de desenvolvimento e produção de fertilizantes especiais sólidos e líquidos. A operação conta com as seguintes garantias: (i) Alienação Fiduciária de Outros; (ii) Alienação Fiduciária de Imóvel; (iii) Aval

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

de CPR; (iv) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios. O CRA foi emitido em 28/04/2023, sendo adquirido pelo fundo com a taxa CDI + 4,25% ao ano.

3. O CRA é lastreado em direitos creditórios do agronegócio, devidos pela devedora Agropecuária Schio Ltda. por força de nota comercial. A operação conta com as seguintes garantias: (i) Alienação Fiduciária e Aval. O CRA foi emitido em 31/05/2022, sendo adquirido pelo fundo com a taxa CDI + 4,55% ao ano.
4. O CRA é lastreado em direitos creditórios do agronegócio (CDCA) representados por contratos de compra e venda de cana-de-açúcar, celebrados entre a devedora Usinas Itamarati S.A. e produtores rurais, e/ou cooperativas de produtores rurais. A operação conta com as seguintes garantias: (i) Alienação Fiduciária de Soqueira; (ii) Alienação Fiduciária de Imóveis; (iii) Penhor de Cana; (iv) Aval; (v) Fundo de Reserva. O CRA foi emitido em 27/12/2021, sendo adquirido pelo fundo com a taxa CDI + 7,00% ao ano.
5. O CRA é lastreado em direitos creditórios do agronegócio (CDCA) representados por contratos de compra e venda de cana-de-açúcar, celebrados entre a devedora Usinas Itamarati S.A. e produtores rurais, e/ou cooperativas de produtores rurais. A operação conta com as seguintes garantias: (i) Alienação Fiduciária de Soqueira; (ii) Alienação Fiduciária de Imóveis; (iii) Penhor de Cana; (iv) Aval; (v) Fundo de Reserva. O CRA foi emitido em 27/12/2021, sendo adquirido pelo fundo com a taxa CDI + 7,00% ao ano.
6. O CRA é lastreado em direitos creditórios do agronegócio, devidos pela devedora Minerva S.A. que é uma companhia listada na bolsa e atualmente é o maior exportador de proteína animal da América do Sul. A operação não possui garantias. O CRA foi emitido em 15/07/2022, sendo adquirido pelo fundo com a taxa IPCA + 7,21% ao ano.
7. O CRA é lastreado em direitos creditórios do agronegócio, devidos pela devedora Klabin S.A. empresa aberta líder nacional no seu segmento, com foco na produção de celulose, embalagens e cartões. A operação não possui garantias. O CRA foi emitido em 15/07/2022, sendo adquirido pelo fundo com a taxa IPCA + 6,77% ao ano.
8. O CRA é lastreado em direitos creditórios do agronegócio, devidos pela devedora Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda. uma empresa que atua no setor de insumos agrícolas do Grupo Sarabia. A operação conta com as seguintes garantias: (i) Aval; (ii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (iii) Fiança. O CRA foi emitido em 28/07/2022, sendo adquirido pelo fundo com a taxa CDI + 4,50% ao ano.
9. O CRA é lastreado em direitos creditórios do agronegócio, devidos pela devedora Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda. uma empresa que atua no setor de insumos agrícolas do Grupo Sarabia. A operação conta com as seguintes

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

garantias: (i) Aval; (ii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (iii) Fiança. O CRA foi emitido em 28/07/2022, sendo adquirido pelo fundo com a taxa CDI + 4,50% ao ano.

10. O CRA é lastreado em direitos creditórios do agronegócio, devidos pela devedora Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda. uma empresa que atua no setor de insumos agrícolas do Grupo Sarabia. A operação conta com as seguintes garantias: (i) Aval; (ii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios; (iii) Fiança. O CRA foi emitido em 28/07/2022, sendo adquirido pelo fundo com a taxa CDI + 4,50% ao ano.
11. O CRA é lastreado em direitos creditórios do agronegócio lastreados a Cédula de Produto Rural Financeira (CPR-F) emitidos pela devedora Rio Amambai Agroenergia S.A. A operação conta com as seguintes garantias: (i) Cessão Fiduciária; (ii) Alienação Fiduciária de Bens Imóveis; (iii) Alienação Fiduciária de Ativos Industriais e (iv) Alienação Fiduciária de Soqueiras. O CRA foi emitido em 19/11/2021, sendo adquirido pelo fundo com a taxa CDI + 5,50% ao ano.
12. O CRA é lastreado em direitos creditórios do agronegócio lastreados a Cédula de Produto Rural Financeira (CPR-F) emitidos pela devedora Rio Amambai Agroenergia S.A. A operação conta com as seguintes garantias: (i) Cessão Fiduciária; (ii) Alienação Fiduciária de Bens Imóveis; (iii) Alienação Fiduciária de Ativos Industriais e (iv) Alienação Fiduciária de Soqueiras. O CRA foi emitido em 19/11/2021, sendo adquirido pelo fundo com a taxa CDI + 5,50% ao ano.
13. O CRA é lastreado em direitos creditórios do agronegócio lastreados a Cédula de Produto Rural Financeira (CPR-F) emitidos pela devedora Rio Amambai Agroenergia S.A. A operação conta com as seguintes garantias: (i) Cessão Fiduciária; (ii) Alienação Fiduciária de Bens Imóveis; (iii) Alienação Fiduciária de Ativos Industriais e (iv) Alienação Fiduciária de Soqueiras. O CRA foi emitido em 19/11/2021, sendo adquirido pelo fundo com a taxa CDI + 5,50% ao ano.
14. O CRA é lastreado em direitos creditórios do agronegócio lastreados a Cédula de Produto Rural Financeira (CPR-F) emitidos pela devedora Rio Amambai Agroenergia S.A. A operação conta com as seguintes garantias: (i) Cessão Fiduciária; (ii) Alienação Fiduciária de Bens Imóveis; (iii) Alienação Fiduciária de Ativos Industriais e (iv) Alienação Fiduciária de Soqueiras. O CRA foi emitido em 19/11/2021, sendo adquirido pelo fundo com a taxa CDI + 5,50% ao ano.
15. O CRA é lastreado em direitos creditórios do agronegócio, devidos pela devedora Frigol S.A. empresa fundada em 1992 e que, atualmente, é a 4ª maior no segmento frigorífico de bovinos e suínos do país. A operação conta com as seguintes garantias: (i) Alienação Fiduciária de Imóvel; (ii) Alienação Fiduciária de Bens Móveis a Cessão Fiduciária; e a (iii) Fiança. O CRA foi emitido em 15/10/2022, sendo adquirido pelo fundo com a taxa 100% da taxa DI +5,75% ao ano.

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

16. O CRA é lastreado em direitos creditórios do agronegócio, devidos pela devedora Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Cepêra Ltda. que atua no segmento alimentício desde 1947. A empresa conta com uma marca consolidada no mercado e com um portfólio diversificado de produtos que variam desde molho de tomate até outros condimentos. A operação conta com as seguintes garantias: (i) Alienação Fiduciária de imóvel e benfeitorias do terreno da planta industrial, (ii) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e (iii) Aval dos acionistas. O CRA foi emitido em 28/04/2023, sendo adquirido pelo fundo com a taxa CDI + 4,00% ao ano.
17. O CRA é lastreado em direitos creditórios do agronegócio, devidos pela devedora Raízen Energia S.A. empresa subsidiária da Raízen S.A., que é uma companhia de capital aberto controlada pela Shell e pela Cosan que atua nos segmentos de açúcar e etanol, distribuição de combustíveis, geração de energia renovável e lubrificantes. Embora o CRA tenha como devedor a Raízen Energia, ela conta com um aval corporativo da Raízen S.A., de maneira que o risco de crédito da operação acaba sendo o da última. Além do aval corporativo já citado, o CRA não conta com mais nenhuma garantia real. O CRA foi emitido em 16/08/2022, sendo adquirido pelo fundo com a taxa IPCA + 6,59% ao ano.
18. O CRA é lastreado em direitos creditórios do agronegócio, devidos pela devedora Nativa Agrícola Ltda. empresa de distribuição de insumos agrícolas que atua nos estados de Goiás, Minas Gerais, Tocantins, Pará e no Distrito Federal. A operação conta com as seguintes garantias: (i) Aval, (ii) Cessão Fiduciária de recebíveis performados da venda de insumos agrícolas e (iii) Alienação Fiduciária de estoque de insumos e grãos. O CRA foi emitido em 08/08/2022, sendo adquirido pelo fundo com a taxa CDI + 5,00% ao ano.
19. O CRA é lastreado em direitos creditórios do agronegócio, devidos pela devedora Eldorado Brasil Celulose S.A. empresa de capital aberto atuante no segmento de celulose. A operação não possui garantias. O CRA foi emitido em 23/09/2021, sendo adquirido pelo fundo com a taxa IPCA + 7,19% ao ano.
20. O CRA é lastreado cédulas de produto rural – financeiras de emissão da Bartira Agropecuária S.A. empresa fundada em 1984 dedicada a exploração agrícola (principalmente de soja e de milho) e pecuária. Além disso, a companhia realiza o arrendamento de áreas de plantação de cana-de-açúcar para a Usina Cocal. A estrutura da operação conta com as garantias de alienação fiduciária de terras, cessão fiduciária de recebíveis de arrendamento e aval dos acionistas. O CRA foi emitido em 18/02/2022, sendo adquirido pelo fundo com a taxa IPCA + 7,09% ao ano.

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

(b) Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI

Securitizadora	Emissão - Série	Vencimento	Pagto. de Amortização e Juros	Juros (%)	Atualização Monetária	Rating	Devedor / Fiador	Valor de Mercado 2023	Valor de Mercado 2022
1 Opea Securitizadora S.A.	2ª emissão – Única	17/05/2032	Mensal	IPCA + 8,67%	(*)	(**)	Gaps Agronegócio Ltda.	31.943	-
Total CRI								31.943	-

(*) Os CRI terão o seu Valor Nominal Unitário atualizado.

(**) Os CRI objeto desta emissão não foram objeto de análise de classificação de risco

- 1) A operação de CRI da 2ª emissão de série única da Opea Securitizadora S.A. é vinculada por direitos creditórios devidos pela Gaps Agronegócio Ltda. empresa dedicada a produção agrícola de soja e milho nos estados de GO, TO e MA. As garantias da operação são a alienação fiduciária dos imóveis e fiança.

5.2. Outros Ativos Financeiros Isentos

Letra de Crédito Imobiliário – LCI

Título	Emissor	Vencimento	2023	2022
LCI	Caixa Econômica Federal	18/10/2024	109.223	-
LCI	Caixa Econômica Federal	24/10/2024	43.602	-
Total			152.825	-

- (i) As Letras de Crédito Imobiliários são lastreadas por créditos imobiliários do emissor. Uma das agências classificadoras de risco do emissor é a Fitch Ratings, a qual atribui o nível de risco AA em escala nacional para o emissor. Adicionalmente, as Letras de Crédito Imobiliários são atualizadas por um percentual de 85% da variação da Taxa DI, e resgatáveis a qualquer momento após 90 dias da emissão.

6. Riscos associados ao Fundo

Os ativos de liquidez e as operações do Fundo estão sujeitos, principalmente, aos riscos abaixo identificados, dependendo dos mercados em que forem negociados:

(a) Risco relacionado à ausência de regulação específica para o FIAGRO

O Fundo está sujeito à regulamentação da CVM em 13 de julho de 2021 a CVM publicou a resolução CVM nº 39, que regulamenta, em caráter provisório e experimental, os fundos de investimentos nas cadeias produtivas do agronegócio dispondo que os FIAGRO podem ser registrados perante a CVM desde que sigam as regras aplicáveis a fundos estruturados já presentes na regulamentação vigente quais sejam, os fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC, os fundos de investimento em participações – FIP ou os fundos de

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

investimento imobiliário – FII. Desse modo, o Fundo foi constituído tendo como base a Instrução CVM 472, bem como demais normativos aplicáveis aos FII, tendo o Fundo se submetido a processo de registro automático perante a CVM nos termos da referida resolução. Ainda que haja a resolução CVM nº 39, a ausência de regulamentação específica e completa sobre os FIAGRO pode sujeitar os investidores do Fundo a riscos regulatórios, considerando que eventual regulamentação vindoura da CVM pode atribuir características, restrições e mecanismos de governança aos FIAGRO que podem ser diferentes da estrutura aplicável aos FII, utilizada por analogia para o Fundo. Por ter sido estruturado de forma análoga aos FII, o Fundo pode deixar de gozar de eventuais benefícios que podem ser aplicáveis aos FIAGRO, a depender da nova regulamentação.

Dessa forma, por se tratar de um Fundo de investimento recém criado pela lei nº 14.130, de 29 de março de 2021, e ainda não possuir uma norma específica expedida pela CVM para regulamentá-lo, adotando-se, provisoriamente, a Instrução CVM nº 472, as regras e procedimentos atualmente adotados para o presente Fundo poderão vir a ser alterados e, conseqüentemente, afetar negativamente os cotistas.

Ademais, o Regulamento do Fundo pode vir a ser alterado por conta da entrada em vigor de resolução especificamente aplicável aos FIAGRO, com ou sem necessidade de aprovação dos cotistas em assembleia geral, a depender do que dispor as regras transitórias da regulamentação dos FIAGRO. Os cotistas podem estar sujeitos a alterações involuntárias das características do Fundo por conta da nova regulamentação, o que poderá impactar a estrutura originária do investimento no Fundo e impactar negativamente seus direitos de governança ou até mesmo a rentabilidade das cotas.

Além disso, por se tratar de um mercado recente no Brasil, o FIAGRO ainda não se encontra totalmente regulamentado e com jurisprudência pacífica, podendo ocorrer situações em que ainda não existam regras que o direcionem, gerando, assim, uma insegurança jurídica e um risco ao investimento em FIAGRO, uma vez que os órgãos reguladores e o poder judiciário poderão, ao analisar a oferta e o FIAGRO e/ou em um eventual cenário de discussão e/ou de identificação de lacuna na regulamentação existente, (i) editar normas que regem o assunto e/ou interpretá-las de forma a provocar um efeito adverso sobre os FIAGRO, bem como (ii) proferir decisões que podem ser desfavoráveis ao investimento em FIAGRO, o que em qualquer das hipóteses, poderá afetar adversamente o investimento em cotas do Fundo, e, conseqüentemente, afetar de modo adverso o cotista.

Eventual deferimento do pedido de registro do Fundo pela CVM não implica aos investidores qualquer garantia de rentabilidade, estabilidade ou regularidade da estrutura proposta ao Fundo, não havendo garantia, portanto, que os investidores serão indenizados pela administradora, pela gestora, por qualquer prestador de serviço do Fundo ou pela CVM em virtude de eventuais impactos adversos decorrentes do investimento em cotas do Fundo ou pela alteração da regulamentação aplicável aos FIAGRO.

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

(b) Riscos variados associados aos ativos

Os ativos e os ativos de liquidez estão sujeitos a oscilações de preços e cotações de mercado, e a outros riscos, tais como riscos de crédito e de liquidez, e riscos decorrentes do uso de derivativos, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e do investimento realizado pelos cotistas. O Fundo poderá incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de ativos em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

(c) Riscos de liquidez

Os ativos e os ativos de liquidez integrantes da carteira do Fundo poderão ter liquidez baixa em comparação a outras modalidades de investimento. Além disso, os fundos de investimento nas cadeias produtivas agroindustriais são uma modalidade de investimento recente e pouco disseminada no mercado de capitais brasileiro e, portanto, não é possível prever a liquidez que terão suas cotas em tal mercado. Dessa forma os cotistas poderão enfrentar dificuldades em realizar a venda de suas cotas no mercado secundário, mesmo sendo admitida para estas a negociação no mercado de bolsa ou de balcão organizado. Adicionalmente, o Fundo será constituído na forma de condomínio fechado, não sendo admitida, portanto, a possibilidade de resgate de suas cotas. Desse modo, o investidor que adquirir as cotas do Fundo deverá estar consciente de que o investimento no Fundo consiste em investimento de longo prazo.

(d) Risco decorrente da possibilidade da entrega de ativos do Fundo em caso de liquidação deste

No caso de dissolução ou liquidação do Fundo, o patrimônio deste será partilhado entre os cotistas, na proporção de suas cotas, após a alienação dos ativos e o pagamento de todas as dívidas, obrigações e despesas do Fundo. No caso de liquidação do Fundo, não sendo possível a alienação acima referida, os próprios ativos serão entregues aos cotistas na proporção da participação de cada um deles. Nos termos do descrito no Regulamento, os ativos integrantes da carteira do Fundo poderão ser afetados por sua baixa liquidez no mercado, podendo seu valor aumentar ou diminuir, de acordo com as flutuações de preços, cotações de mercado e dos critérios para precificação, podendo acarretar, assim, eventuais prejuízos aos cotistas.

(e) Riscos relativos ao pré-pagamento ou amortização extraordinária dos ativos

Os ativos poderão conter em seus documentos constitutivos cláusulas de pré-pagamento ou amortização extraordinária. Tal situação pode acarretar o desenquadramento da carteira do Fundo em relação aos limites de aplicação por emissor e por modalidade de ativos financeiros

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

estabelecidos na Instrução CVM 555 conforme aplicável. Nesta hipótese, poderá haver dificuldades na identificação pela gestora de ativos que estejam de acordo com a política de investimentos do Fundo. Desse modo, a gestora poderá não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma rentabilidade alvo buscada pelo Fundo, o que pode afetar de forma negativa o patrimônio do Fundo e a rentabilidade das cotas do Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela administradora, pela gestora ou pelo custodiante, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

(f) Risco de potencial conflito de interesse

Os atos que caracterizem situações de conflito de interesses entre o Fundo e a administradora, entre o Fundo e a gestora, entre o Fundo e os cotistas detentores de mais de 10% (dez por cento) das cotas do Fundo e entre o Fundo e o(s) representante(s) de cotistas dependem de aprovação prévia, específica e informada em assembleia geral de cotistas, nos termos do inciso XII do artigo 18 e do artigo 34 da Instrução CVM nº 472. Deste modo, não é possível assegurar que eventuais contratações não caracterizarão situações de conflito de interesses efetivo ou potencial, o que pode acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos cotistas. O Regulamento prevê que atos que configurem potencial conflito de interesses entre o Fundo e a administradora, entre o Fundo e os prestadores de serviço ou entre o Fundo e a gestora que dependem de aprovação prévia da assembleia geral de cotistas, como por exemplo, e conforme disposto no parágrafo 1º do artigo 34 da Instrução CVM nº 472: (i) a aquisição, locação, arrendamento ou exploração do direito de superfície, pelo Fundo, de imóvel de propriedade da administradora, gestora, consultor especializado ou de pessoas a eles ligadas; (ii) a alienação, locação ou arrendamento ou exploração do direito de superfície de imóvel integrante do patrimônio do Fundo tendo como contraparte a administradora, gestora, consultor especializado ou pessoas a eles ligadas; (iii) a aquisição, pelo Fundo, de imóvel de propriedade de devedores da administradora, gestora ou consultor especializado uma vez caracterizada a inadimplência do devedor; (iv) a contratação, pelo Fundo, de pessoas ligadas a administradora ou ao gestora, para prestação dos serviços referidos no artigo 31 da Instrução CVM nº 472, exceto o de primeira distribuição de cotas do Fundo, e (v) a aquisição, pelo Fundo, de valores mobiliários de emissão da administradora, da gestora ou de pessoas a eles ligadas, ainda que para as finalidades mencionadas no parágrafo único do artigo 46 da Instrução CVM nº 472.

(g) Risco de discricionariedade de investimento pela gestora

A aquisição de ativos é um processo complexo e que envolve diversas etapas, incluindo a análise de informações financeiras, comerciais, jurídicas, ambientais, técnicas, entre outros. Considerando o papel ativo e discricionário atribuído a gestora e a administradora na tomada de decisão de investimentos pelo Fundo, sem a definição de critérios de elegibilidade específicos, existe o risco de não se encontrar um ativo para a destinação de recursos do Fundo em curto prazo, fato que poderá gerar prejuízos ao Fundo e, conseqüentemente, aos seus cotistas. No processo de aquisição de tais ativos, há risco de não serem identificados em auditoria todos os passivos ou riscos atrelados aos ativos, bem como o risco de materialização

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

de passivos identificados, inclusive em ordem de grandeza superior àquela identificada. Caso esses riscos ou passivos contingentes ou não identificados venham a se materializar, inclusive de forma mais severa do que a vislumbrada, o investimento em tais ativos poderá ser adversamente afetado e, conseqüentemente, a rentabilidade do Fundo também. Os ativos objeto de investimento pelo Fundo serão administrados pela administradora e geridos pela gestora, portanto os resultados do Fundo dependerão de uma administração/ gestão adequada, a qual estará sujeita a eventuais riscos diretamente relacionados à capacidade da gestora e da administradora na prestação dos serviços ao Fundo. Falhas na identificação de novos ativos, na manutenção dos ativos em carteira e/ou na identificação de oportunidades para alienação de ativos, bem como nos processos de aquisição e alienação, podem afetar negativamente o Fundo e, conseqüentemente, os seus cotistas.

(h) Risco de liquidação antecipada do Fundo

No caso de aprovação em assembleia geral de cotistas pela liquidação antecipada do Fundo ou nas demais hipóteses de liquidação do Fundo previstas no Regulamento, os cotistas poderão receber ativos e/ou ativos de liquidez em regime de condomínio civil. Nesse caso: (a) o exercício dos direitos por qualquer cotista poderá ser dificultado em função do condomínio civil estabelecido com os demais cotistas; (b) a alienação de tais direitos por um cotista para terceiros poderá ser dificultada em função da iliquidez de tais direitos.

(i) Riscos relacionados a fatores macroeconômicos e política governamental

O mercado de capitais no Brasil é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o preço de ativos e valores mobiliários emitidos no país, reduzindo o interesse dos investidores nesses ativos, entre os quais se incluem as cotas. No passado, o surgimento de condições econômicas adversas em outros países do mercado emergente resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. Crises financeiras recentes resultaram em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado financeiro e o mercado de capitais brasileiros e a economia do Brasil, tais como: flutuações no mercado financeiro e de capitais, com oscilações nos preços de ativos (inclusive de imóveis), indisponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

Qualquer novo acontecimento de natureza similar aos acima mencionados, no exterior ou no Brasil, poderá prejudicar de forma negativa as atividades do Fundo, o patrimônio do Fundo, a rentabilidade dos cotistas e o valor de negociação das cotas.

Variáveis exógenas tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas relevantes, poderão afetar negativamente os preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo e o valor das cotas, bem como resultar (a) em alongamento do período de amortização de cotas; e/ou de distribuição dos resultados do Fundo; ou (b) liquidação do Fundo, o que poderá ocasionar a perda, pelos respectivos cotistas, do valor de principal de suas aplicações.

Adicionalmente, os ativos financeiros do Fundo devem ser marcados a mercado, ou seja, seus valores serão atualizados diariamente e contabilizados pelo preço de negociação no mercado, ou pela melhor estimativa do valor que se obteria nessa negociação. Como consequência, o valor das cotas de emissão Fundo poderá sofrer oscilações frequentes e significativas, inclusive ao longo do dia. Como consequência, o valor de mercado das cotas de emissão do Fundo poderá não refletir necessariamente seu valor patrimonial.

Não será devida pelo Fundo ou por qualquer pessoa, incluindo as instituições responsáveis pela distribuição das cotas, os demais cotistas do Fundo, a administradora e as instituições participantes da oferta, qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza, caso ocorra, por qualquer razão, (a) o alongamento do período de amortização das cotas e/ou de distribuição dos resultados do Fundo; (b) a liquidação do Fundo; ou, ainda, (c) caso os cotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de tais eventos.

(j) Riscos referentes aos impactos causados por surtos, epidemias, pandemias e/ou endemias de doenças

O surto, epidemia, pandemia e/ou endemia de doenças no geral, inclusive aquelas passíveis de transmissão por humanos, no Brasil ou nas demais partes do mundo, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais interno e/ou global, conforme o caso, e resultar em pressão negativa sobre a economia brasileira. Adicionalmente, o surto, epidemia e/ou endemia de tais doenças no Brasil, poderá afetar diretamente o mercado imobiliário e do agronegócio, o mercado de Fundo de investimento, o Fundo e o resultado de suas operações, incluindo em relação aos ativos. Surtos, epidemias, pandemias ou endemias ou potenciais surtos, epidemias, pandemias ou endemias de doenças, como o coronavírus (COVID-19), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a síndrome respiratória no Oriente Médio ou MERS e a síndrome respiratória aguda grave ou SARS, pode ter um impacto adverso nas operações do mercado imobiliário e do agronegócio, incluindo em relação aos ativos. Qualquer surto, epidemia, pandemia e/ou endemia de uma doença que afete o comportamento das pessoas pode ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia brasileira, no mercado imobiliário e do agronegócio. Surtos, epidemias, pandemias e/ou endemias de doenças também podem resultar em políticas de quarentena da população ou em medidas mais rígidas de lockdown da população, o que pode vir a prejudicar as operações, receitas e desempenho do Fundo e dos ativos que vierem a compor seu portfólio, bem como afetar a valorização das cotas do Fundo e de seus rendimentos.

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

(k) Riscos institucionais

O governo federal pode intervir na economia do país e realizar modificações significativas em suas políticas e normas, causando impactos sobre os mais diversos setores e segmentos da economia do país. As atividades do Fundo, sua situação financeira e resultados poderão ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam, por exemplo, taxas de juros, controles cambiais e restrições a remessas para o exterior; flutuações cambiais; inflação; liquidez dos mercados financeiro e de capitais domésticos; política fiscal; instabilidade social e política; alterações regulatórias; e outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem. Em um cenário de aumento da taxa de juros, por exemplo, os preços dos imóveis podem ser negativamente impactados em função da correlação existente entre a taxa de juros básica da economia e a taxa de desconto utilizada na avaliação de imóveis. Nesse cenário, efeitos adversos relacionados aos fatores mencionados podem impactar negativamente o patrimônio do Fundo, a rentabilidade e o valor de negociação das cotas.

(l) Risco de crédito

Consiste no risco de os devedores de direitos creditórios emergentes dos ativos e os emissores de títulos de renda fixa que eventualmente integrem a carteira do Fundo não cumprirem suas obrigações de pagar tanto o principal como os respectivos juros de suas dívidas para com o Fundo. Os títulos públicos e/ou privados de dívida que poderão compor a carteira do Fundo estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Eventos que afetam as condições financeiras dos emissores dos títulos, bem como alterações nas condições econômicas, legais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores. Nestas condições, a administradora poderá enfrentar dificuldade de liquidar ou negociar tais ativos pelo preço e no momento desejado e, conseqüentemente, o Fundo poderá enfrentar problemas de liquidez. Adicionalmente, a variação negativa dos ativos do Fundo poderá impactar negativamente o patrimônio do Fundo, a rentabilidade e o valor de negociação das cotas. Além disso, mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez.

(m) Riscos tributários e de alteração na legislação tributária

Alterações na legislação tributária ou na sua interpretação e aplicação podem implicar o aumento da carga tributária incidente sobre o investimento no Fundo e o tratamento fiscal dos cotistas. Essas alterações incluem, mas não se limitam, a (i) eventual extinção de isenções fiscais, na forma da legislação em vigor, (ii) possíveis majorações na alíquota e/ou na base de cálculo dos tributos existentes, (iii) criação de tributos; bem como, (iv) diferentes interpretações ou aplicação da legislação tributária por parte dos tribunais ou das autoridades governamentais, inclusive quanto às aplicações financeiras realizadas pela carteira do Fundo, sobretudo dada a

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

recente criação dos FIAGRO por meio da lei nº 14.130 de 29 de março de 2021, que ainda pende de regulamentação pelas autoridades fiscais. Os efeitos de medidas de alteração fiscal não podem ser quantificados. No entanto, poderão sujeitar o Fundo e os cotistas a novos recolhimentos não previstos inicialmente. Não há como garantir que as regras tributárias atualmente aplicáveis ao Fundo e aos cotistas permanecerão vigentes, existindo o risco de tais regras serem modificadas, inclusive no contexto de eventual reforma tributária, o que poderá impactar o Fundo e a rentabilidade de suas cotas e, conseqüentemente, os resultados do Fundo e a rentabilidade dos cotistas. Por fim, há a possibilidade de o Fundo não conseguir atingir ou manter as características descritas na lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, conforme alterada, quais sejam: (i) ter, no mínimo, 50 (cinquenta) cotistas; (ii) não ter cotista que seja titular de cotas que representem 10% (dez por cento) ou mais da totalidade das cotas emitidas pelo Fundo ou cujas cotas lhe deem direito ao recebimento de rendimento superior a 10% (dez por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo; e (iii) as cotas do Fundo deverão ser admitidas à negociação exclusivamente em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado. Desta forma, caso isso ocorra, não haverá isenção tributária para os rendimentos que venham a ser pagos aos cotistas que sejam pessoas físicas.

(n) Riscos de alterações nas práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras dos FIAGROS advêm das disposições previstas na Instrução CVM 516, aplicáveis por força da resolução CVM 39. Com a edição da lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que alterou a lei das sociedades por ações e a constituição do CPC, diversos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas foram emitidos pelo CPC e já referendados pela CVM com vistas à adequação da legislação brasileira aos padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários. A Instrução CVM 516 começou a vigorar em 1º de janeiro de 2012 e decorre de um processo de consolidação de todos os atos normativos contábeis relevantes relativos aos fundos de investimento imobiliários. Referida Instrução contém, portanto, a versão mais atualizada das práticas contábeis emitidas pelo CPC, que são as práticas contábeis atualmente adotadas no Brasil. Atualmente, o CPC tem se dedicado a realizar revisões dos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas, de modo a aperfeiçoá-los. Caso a CVM venha a determinar que novas revisões dos pronunciamentos e interpretações emitidas pelo CPC passem a ser adotados para a contabilização das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras dos fundos de investimento imobiliários, a adoção de tais regras poderá ter um impacto nos resultados atualmente apresentados pelas demonstrações financeiras do Fundo.

(o) Risco regulatórios

A legislação aplicável ao Fundo, aos cotistas e aos investimentos efetuados pelo Fundo, incluindo, sem limitação, leis tributárias, leis cambiais e leis que regulamentem investimentos estrangeiros em cotas de fundos de investimento no Brasil, está sujeita a alterações. As

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

agências governamentais ou outras autoridades podem, ainda, exigir novas licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento dos negócios relativos aos ativos, gerando, conseqüentemente, efeitos adversos ao Fundo. Ainda, poderão ocorrer interferências de autoridades governamentais e órgãos reguladores nos mercados, bem como moratórias e alterações das políticas monetárias e cambiais. Tais eventos poderão impactar de maneira adversa o valor das cotas, bem como as condições para distribuição de rendimentos e para resgate das cotas, inclusive as regras de fechamento de câmbio e de remessa de recursos do e para o exterior. Ademais, a aplicação de leis existentes e a interpretação de novas leis poderão impactar os resultados do Fundo.

(p) Risco de desempenho passado

Ao analisar quaisquer informações fornecidas nos prospectos e/ou em qualquer material de divulgação do Fundo que venha a ser disponibilizado acerca de resultados passados de quaisquer mercados ou de quaisquer investimentos em que a administradora, a gestora e o coordenador líder tenham de qualquer forma participado, os potenciais cotistas devem considerar que qualquer resultado obtido no passado não é indicativo de possíveis resultados futuros, e não há qualquer garantia de que resultados similares serão alcançados pelo Fundo no futuro. Os investimentos estão sujeitos a diversos riscos, incluindo, sem limitação, variação nas taxas de juros e índices de inflação e variação cambial.

(q) Risco decorrente de alterações do Regulamento

O Regulamento poderá ser alterado sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM e/ou da B3, em consequência de normas legais ou regulamentares, por determinação da CVM e/ou da B3 ou por deliberação da assembleia geral de cotistas. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos cotistas.

(r) Risco de concentração da carteira do Fundo

O objetivo do Fundo é o de investir preponderantemente em valores mobiliários. Dessa forma, deverão ser observados os limites de aplicação por emissor e por modalidade de ativos financeiros estabelecidos nas regras gerais sobre fundos de investimento, aplicando-se as regras de desenquadramento e reenquadramento lá estabelecidas. O risco da aplicação no Fundo terá íntima relação com a concentração da carteira, sendo que, quanto maior for a concentração, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial. Os riscos de concentração da carteira englobam, ainda, na hipótese de inadimplemento do emissor do ativo em questão, o risco de perda de parcela substancial ou até mesmo da totalidade do capital integralizado pelos cotistas.

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

(s) Risco relativo à não substituição da administradora ou da gestora

Durante a vigência do Fundo, a gestora poderá sofrer pedido de falência ou decretação de recuperação judicial ou extrajudicial, e/ou a administradora poderá sofrer intervenção e/ou liquidação extrajudicial ou falência, a pedido do BACEN, bem como serem descredenciados, destituídos ou renunciarem às suas respectivas funções, hipóteses em que a sua substituição deverá ocorrer de acordo com os prazos e procedimentos previstos no Regulamento e no contrato de gestão, conforme aplicável. Caso tal substituição não aconteça, o Fundo será liquidado antecipadamente, o que pode acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos cotistas.

(t) Risco de desenquadramento passivo involuntário

Sem prejuízo do quanto estabelecido no Regulamento, na ocorrência de algum evento que venha a ensejar o desenquadramento passivo involuntário, a CVM poderá determinar a administradora, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a convocação de assembleia geral de cotistas para decidir sobre uma das seguintes alternativas: (i) transferência da administração ou da gestão do Fundo, ou de ambas; (ii) incorporação a outro Fundo de investimento, ou (iii) liquidação do Fundo. A ocorrência das hipóteses previstas nos itens “i” e “ii” acima poderá afetar negativamente o valor das cotas e a rentabilidade do Fundo. Por sua vez, na ocorrência do evento previsto no item “iii” acima, não há como garantir que o preço de venda dos ativos do Fundo será favorável aos cotistas, bem como não há como assegurar que os cotistas conseguirão reinvestir os recursos em outro investimento que possua rentabilidade igual ou superior àquela auferida pelo investimento nas cotas do Fundo.

(u) Risco do estudo de viabilidade

As estimativas do estudo de viabilidade foram elaboradas pela gestora e não foram objeto de auditoria, revisão, compilação ou qualquer outro procedimento por parte de auditor independente ou qualquer outra empresa de avaliação. As conclusões contidas no estudo de viabilidade derivam da opinião da gestora e são baseadas em dados que não foram submetidos a verificação independente, bem como de informações e relatórios de mercado produzidos por empresas independentes. O estudo de viabilidade está sujeito a importantes premissas e exceções nele contidas. Adicionalmente, o estudo de viabilidade não contém uma conclusão, opinião ou recomendação relacionada ao investimento nas cotas e, por essas razões, não deve ser interpretado como uma garantia ou recomendação sobre tal assunto. Ademais, devido à subjetividade e às incertezas inerentes às estimativas e projeções, bem como devido ao fato de que as estimativas e projeções são baseadas em diversas suposições sujeitas a incertezas e contingências significativas, não existe garantia de que as estimativas do estudo de viabilidade serão alcançadas.

O Fundo não possui qualquer rentabilidade alvo ou esperada ou pretendida.

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

Qualquer rentabilidade prevista no estudo de viabilidade não representa e nem deve ser considerada, a qualquer momento e sob qualquer hipótese, promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade futura mínima ou garantida aos investidores.

(v) Risco decorrente da prestação dos serviços de gestão para outros fundos de investimento

A gestora, instituição responsável pela gestão dos ativos integrantes da carteira do Fundo, presta ou poderá prestar serviços de gestão da carteira de investimentos de outros fundos de investimento que tenham por objeto o investimento em ativos semelhantes aos ativos objeto da carteira do Fundo. Desta forma, no âmbito de sua atuação na qualidade de gestora do Fundo e de tais fundos de investimento, é possível que a gestora acabe por decidir alocar determinados ativos em outros fundos de investimento que podem, inclusive, ter um desempenho melhor que os ativos alocados no Fundo, de modo que não é possível garantir que o Fundo deterá a exclusividade ou preferência na aquisição de tais ativos.

(w) Risco decorrente da não obrigatoriedade de revisões e/ou atualizações de projeções

O Fundo, a administradora, a gestora e as instituições participantes da oferta não possuem qualquer obrigação de revisar e/ou atualizar quaisquer projeções constantes dos prospectos e/ou de qualquer material de divulgação do Fundo e/ou da oferta, incluindo o estudo de viabilidade, incluindo sem limitação, quaisquer revisões que reflitam alterações nas condições econômicas ou outras circunstâncias posteriores à data dos prospectos e/ou do referido material de divulgação e do estudo de viabilidade, conforme o caso, mesmo que as premissas nas quais tais projeções se baseiem estejam incorretas.

(x) Riscos jurídicos

A estrutura financeira, econômica e jurídica do Fundo apoia-se em um conjunto de obrigações e responsabilidades contratuais e na legislação em vigor e, em razão da pouca maturidade e da escassez de precedentes em operações similares e de jurisprudência no que tange a este tipo de operação financeira, poderá haver perdas por parte dos cotistas em razão do dispêndio de tempo e recursos para manutenção do arcabouço contratual estabelecido.

(y) Risco da morosidade da justiça brasileira

O Fundo poderá ser parte em demandas judiciais relacionadas aos ativos, tanto no polo ativo quanto no polo passivo. Em virtude da morosidade do sistema judiciário brasileiro, a resolução de tais demandas poderá não ser alcançada em tempo razoável. Ademais, não há garantia de que o Fundo obterá resultados favoráveis nas demandas judiciais relacionadas aos ativos e, consequentemente, poderá impactar negativamente no patrimônio do Fundo, na rentabilidade dos cotistas e no valor de negociação das cotas.

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

(z) Risco proveniente do uso de derivativos

A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos, ainda que tais operações sejam realizadas exclusivamente para fins de proteção patrimonial na forma permitida no Regulamento, poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e impactar negativamente o valor das cotas.

(aa) Risco operacional

Os ativos objeto de investimento pelo Fundo serão administrados e geridos pela administradora e pela gestora, respectivamente. Portanto os resultados do Fundo dependerão de uma administração/gestão adequada, a qual estará sujeita a eventuais riscos operacionais, que caso venham a ocorrer, poderão afetar a rentabilidade dos cotistas.

(bb) A importância da gestora

A substituição da gestora pode ter efeito adverso relevante sobre o Fundo, sua situação financeira e seus resultados operacionais. Os ganhos do Fundo provêm em grande parte da qualificação dos serviços prestados pela gestora, e de sua equipe especializada, para originação, estruturação, distribuição e gestão, com vasto conhecimento técnico, operacional e mercadológico dos ativos. Assim, a eventual substituição da gestora poderá afetar a capacidade do Fundo de geração de resultado.

(cc) Risco de destituição da gestora e pagamento da remuneração de descontinuidade

A gestora poderá ser destituída com ou sem justa causa, nos termos do Regulamento e do contrato de gestão. Na hipótese de destituição sem justa causa da gestora, será devida a remuneração de descontinuidade, a qual será incorporada à taxa de administração e, portanto, debitada como encargo do Fundo. Desta forma, em caso de insatisfação com a prestação de serviços pela gestora que não configure uma hipótese de justa causa, na hipótese de sua destituição pela administradora, o Fundo deverá arcar com a remuneração de descontinuidade, o que poderá afetar a rentabilidade das cotas.

(dd) Risco de decisões judiciais desfavoráveis

O Fundo poderá ser réu em diversas ações, nas esferas cível, tributária e trabalhista. Não há garantia de que o Fundo venha a obter resultados favoráveis ou que eventuais processos judiciais ou administrativos propostos contra o Fundo venham a ser julgados improcedentes, ou, ainda, que ele tenha reservas suficientes. Caso tais reservas não sejam suficientes, é possível que um aporte adicional de recursos seja feito mediante a subscrição e integralização de cotas pelos cotistas, que deverão arcar com eventuais perdas.

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

(ee) Risco relativo à concentração e pulverização

Não há restrição quanto ao limite de cotas que podem ser detidas por um único cotista. Assim, poderá ocorrer situação em que um único cotista venha a deter parcela substancial das cotas, passando tal cotista a deter uma posição expressivamente concentrada, fragilizando, assim, a posição dos eventuais cotistas minoritários. Nesta hipótese, há possibilidade de que deliberações sejam tomadas pelo cotista majoritário em função de seus interesses exclusivos em detrimento do Fundo e/ou dos cotistas minoritários. Caso o Fundo esteja muito pulverizado, determinadas matérias de competência objeto de assembleia geral de cotistas que somente podem ser aprovadas por maioria qualificada dos cotistas poderão ficar impossibilitadas de aprovação pela ausência de quórum de instalação (quando aplicável) e de deliberação em tais assembleias. A impossibilidade de deliberação de determinadas matérias pode ensejar, dentre outras consequências, a liquidação antecipada do Fundo.

(ff) Risco de governança

Não podem votar nas assembleias gerais de cotistas: (a) a administradora e/ou a gestora; (b) os sócios, diretores e funcionários da administradora e/ou da gestora; (c) empresas ligadas a administradora e/ou a gestora, seus sócios, diretores e funcionários; (d) os prestadores de serviços do Fundo, seus sócios, diretores e funcionários; e (e) o cotista cujo interesse seja conflitante com o do Fundo, exceto quando forem os únicos cotistas ou quando houver aquiescência expressa da maioria dos cotistas manifestada na própria assembleia geral de cotistas, ou em instrumento de procuração que se refira especificamente à assembleia geral em que se dará a permissão de voto. Tal restrição de voto pode trazer prejuízos às pessoas listadas nas letras "a" a "e", caso estas decidam adquirir cotas. Adicionalmente, determinadas matérias que são objeto de assembleia geral de cotistas somente serão deliberadas quando aprovadas por maioria qualificada dos cotistas. Tendo em vista que fundos de investimento listados em bolsa tendem a possuir número elevado de cotistas, é possível que determinadas matérias fiquem impossibilitadas de aprovação pela ausência de quórum de instalação (quando aplicável) e de votação de tais assembleias.

(gg) Risco relativa a novas emissões de cotas

No caso de realização de novas emissões de cotas pelo Fundo, o exercício do direito de preferência pelos cotistas, em eventuais emissões de novas cotas, depende da disponibilidade de recursos por parte do cotista. Caso ocorra uma nova oferta de cotas e o cotista não tenha disponibilidades para exercer o direito de preferência, este poderá sofrer diluição de sua participação e, assim, ver sua influência nas decisões políticas do Fundo reduzida. Na eventualidade de novas emissões de cotas, os cotistas incorrerão no risco de terem a sua participação no capital do Fundo diluída.

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

(hh) Risco de restrição na negociação

Alguns dos ativos que compõem a carteira do Fundo, incluindo títulos públicos, podem estar sujeitos a restrições de negociação pela B3 ou por órgãos reguladores. Essas restrições podem estar relacionadas ao volume de operações, na participação nas operações e nas flutuações máximas de preço, dentre outros. Em situações em que tais restrições estão sendo aplicadas, as condições para negociação dos ativos da carteira, bem como a precificação dos ativos podem ser adversamente afetadas.

(ii) Risco relativo à inexistência de ativos que se enquadrem na política de investimento

O Fundo poderá não dispor de ofertas de ativos suficientes ou em condições aceitáveis, a critério da gestora, que atendam, no momento da aquisição, à política de investimento do Fundo, de modo que o Fundo poderá enfrentar dificuldades para empregar suas disponibilidades de caixa para aquisição de ativos. A ausência de ativos para aquisição pelo Fundo poderá impactar negativamente a rentabilidade das cotas.

(jj) Risco de disponibilidade de caixa

Caso o Fundo não tenha recursos disponíveis para honrar suas obrigações, a administradora, conforme recomendação da gestora, poderá deliberar por realizar novas emissões das cotas do Fundo, sem a necessidade de aprovação em assembleia geral de cotistas, desde que limitadas ao valor do capital autorizado ou, conforme o caso, poderá convocar os cotistas para que em assembleia geral de cotistas estes deliberem pela aprovação da emissão de novas cotas com o objetivo de realizar aportes adicionais de recursos ao Fundo. Os cotistas que não aportarem recursos serão diluídos.

(kk) Riscos relacionados ao investimento em valores mobiliários

O investimento nas cotas é uma aplicação em valores mobiliários, o que pressupõe que a rentabilidade do cotista dependerá da valorização e dos rendimentos a serem pagos pelos ativos. No caso em questão, os rendimentos a serem distribuídos aos cotistas dependerão, principalmente, dos resultados obtidos pelo Fundo com receita e/ou a negociação dos ativos em que o Fundo venha a investir, bem como dependerão dos custos incorridos pelo Fundo. Assim, existe a possibilidade do Fundo ser obrigado a dedicar uma parte substancial de seu fluxo de caixa para pagar suas obrigações, reduzindo o recurso disponível para distribuições aos cotistas, o que poderá afetar adversamente o valor de mercado das cotas.

(II) Riscos relativos aos ativos

Não obstante a determinação no Regulamento de que, nos termos da política de investimentos do Fundo, os recursos deverão ser aplicados primordialmente em ativos, o Fundo não tem ativos pré-definidos, tratando-se, portanto, de um Fundo “genérico” que alocará seus recursos em

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

ativos regularmente estruturados e registrados junto à CVM, quando aplicável, ou junto aos órgãos de registro competentes.

O Fundo estará sujeito, ainda, aos riscos estabelecidos na documentação relativa a cada Fundo investido, dentre os quais destacamos riscos relativos ao setor do agronegócio.

(mm) Riscos associados à liquidação do Fundo

Na hipótese de liquidação do Fundo, o pagamento do resgate poderá se dar mediante a constituição de condomínio civil, na forma prevista no Regulamento e no código civil, o qual será regulado pelas regras estabelecidas em seu Regulamento e que somente poderão ser modificadas por deliberação unânime de assembleia geral de cotistas que conte com a presença da totalidade dos cotistas.

(nn) Risco de crédito dos ativos da carteira do Fundo

Os ativos que comporão a carteira do Fundo estão sujeitos à capacidade dos seus emissores e/ou devedores, conforme o caso, em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Eventos que afetem as condições financeiras dos emissores e/ou devedores dos títulos, bem como alterações nas condições econômicas, legais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos desses emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos, comprometendo também sua liquidez e por consequência, o valor do patrimônio do Fundo e das cotas.

(oo) Cobrança dos ativos, possibilidade de aporte adicional pelos cotistas e possibilidade de perda do capital investido

Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos ativos integrantes da carteira do próprio Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total do patrimônio líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos cotistas reunidos em assembleia geral de cotistas. O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança de tais ativos, uma vez ultrapassado o limite do patrimônio líquido, caso os titulares das cotas aportem os valores adicionais necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos ativos, os cotistas poderão ser solicitados a aportar recursos ao Fundo para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela administradora antes do recebimento integral do aporte acima referido e da assunção pelos cotistas do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento da verba de sucumbência, caso o Fundo venha a ser condenado. A administradora, a gestora, o escriturador, o custodiante e/ou qualquer de suas

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

afiliadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos e por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos cotistas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os cotistas deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Regulamento. Dessa forma, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate, em moeda corrente nacional, de suas cotas, havendo, portanto, a possibilidade de os cotistas até mesmo perderem, total ou parcialmente, o respectivo capital investido.

(pp) Riscos de o Fundo vir a ter patrimônio líquido negativo e de os cotistas terem que efetuar aportes de capital

O investimento em cotas de um FIAGRO representa um investimento de risco, que sujeita os investidores a perdas patrimoniais e a riscos, incluindo, dentre outros, aqueles relacionados à liquidez das cotas, à volatilidade do mercado de capitais e aos ativos integrantes da carteira. As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia da administradora, da gestora, do coordenador líder, de terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, ou, ainda, do FGC, podendo ocorrer perda total do capital investido pelos cotistas. Considerando que o investimento no Fundo é um investimento de longo prazo, este estará sujeito a perdas superiores ao capital aplicado. A lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, alterou o código civil brasileiro e estabeleceu que os Regulamentos dos fundos de investimento podem limitar a responsabilidade de seus cotistas ao valor de suas cotas, sujeito a regulamentação adicional da CVM. Até a presente data, a CVM não editou qualquer regulamentação sobre o assunto e, consequentemente, (a) não é possível assegurar que a limitação da responsabilidade possa ser aplicável ao Fundo, ou que a versão atual do Regulamento possa estar em cumprimento com as futuras exigências da CVM sobre o assunto; e (b) a CVM poderá exigir, para esse fim, o determinado cumprimento de condições adicionais, os quais podem ou não ser cumpridos pelo Fundo. Além disso, a CVM e os tribunais brasileiros ainda não emitiram decisões interpretando a limitação da responsabilidade dos cotistas, e não há jurisprudência administrativa ou judicial sobre o assunto, nem sobre o processo de insolvência aplicável a fundos de investimento após a promulgação de tal lei. Assim, caso o Fundo não disponha de recursos suficientes para cumprir as suas obrigações, a sua insolvência poderá ser (a) exigida por qualquer um dos seus credores; (b) determinado por decisão da assembleia; ou (c) determinado pela CVM. Em caso de perdas e prejuízos na carteira que resultem em patrimônio negativo do Fundo, os cotistas poderão ser chamados a deliberar sobre a necessidade de aportar recursos adicionais no Fundo.

(qq) Propriedade das cotas e não dos ativos

A propriedade das cotas não confere aos cotistas propriedade direta sobre os ativos da carteira do Fundo. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de cotas possuídas.

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

(rr) Riscos de despesas extraordinárias

O Fundo estará eventualmente sujeito ao pagamento de despesas extraordinárias. O Fundo estará sujeito, ainda, a despesas e custos decorrentes de ações judiciais necessárias para a cobrança de valores ou execução de garantias relacionadas aos ativos, caso, dentre outras hipóteses, os recursos mantidos nos patrimônios separados de operações de securitização submetidas a regime fiduciário não sejam suficientes para fazer frente a tais despesas.

(ss) Não existência de garantia de eliminação de riscos

A realização de investimentos no Fundo sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos cotistas no Fundo. O Fundo não conta com garantias da administradora, da gestora ou de terceiros, de qualquer mecanismo de seguro ou do FGC, para redução ou eliminação dos riscos aos quais está sujeito e, conseqüentemente, aos quais os cotistas também poderão estar sujeitos. Em condições adversas de mercado, o sistema de gerenciamento de riscos aplicado pela administradora para o Fundo poderá ter sua eficiência reduzida. As eventuais perdas patrimoniais do Fundo não estão limitadas ao valor do capital subscrito, de forma que os cotistas podem ser futuramente chamados a deliberar sobre as medidas necessárias visando o cumprimento das obrigações assumidas pelo Fundo.

(tt) Risco relativo à forma de constituição do Fundo

Considerando que o Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, não é permitido o resgate das cotas. Sem prejuízo da hipótese de liquidação do Fundo, caso os cotistas decidam pelo desinvestimento no Fundo, deverão alienar suas cotas em mercado secundário, observado que os cotistas poderão enfrentar baixa liquidez na negociação das cotas no mercado secundário ou obter preços reduzidos na venda das cotas.

(uu) Riscos relativos aos CRA e às companhias securitizadoras

A medida provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, em seu artigo 76, estabelece que “as normas que estabeleçam a afetação ou a separação, a qualquer título, de patrimônio de pessoa física ou jurídica não produzem efeitos em relação aos débitos de natureza fiscal, previdenciária ou trabalhista, em especial quanto às garantias e aos privilégios que lhes são atribuídos”. Em seu parágrafo único prevê, ainda, que “desta forma permanecem respondendo pelos débitos ali referidos a totalidade dos bens e das rendas do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os que tenham sido objeto de separação ou afetação”.

(vv) Recente desenvolvimento da securitização de direitos creditórios dos CRA

A securitização de direitos creditórios do agronegócio é uma operação recente no Brasil. A Lei nº 11.076, que criou os certificados de recebíveis do agronegócio, foi editada em 2004.

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

entretanto, só houve um volume maior de emissões de certificados de recebíveis de agronegócios nos últimos anos. Além disso, a securitização é uma operação mais complexa que outras emissões de valores mobiliários, já que envolve estruturas jurídicas que objetivam a segregação dos riscos do emissor do valor mobiliário, de seu devedor e créditos que lastreiam a emissão.

A atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio está sujeita, ainda, à Instrução CVM 600, no que se refere a distribuições públicas de certificados de recebíveis do agronegócio. Como a Instrução CVM 600 foi recentemente publicada, poderão surgir diferentes interpretações acerca da Instrução CVM 600.

Dessa forma, por ser recente no Brasil, o mercado de CRA ainda não se encontra totalmente regulamentado e com jurisprudência pacífica, podendo ocorrer situações em que ainda não existam regras que o direcionem, gerando assim uma insegurança jurídica e um risco ao investimento do Fundo em CRA, uma vez que os órgãos reguladores e o poder judiciário poderão, ao analisar o Fundo e os CRA e/ou em um eventual cenário de discussão e/ou de identificação de lacuna na regulamentação existente, (i) editar normas que regem o assunto e/ou interpretá-las de forma a provocar um efeito adverso sobre os CRA, bem como (ii) proferir decisões que podem ser desfavoráveis ao investimento em CRA, o que em qualquer das hipóteses, poderá afetar adversamente o investimento do Fundo em CRA, e consequentemente afetar de modo adverso as cotas do Fundo e os cotistas.

(ww) Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da securitização

Em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro em relação a estruturas de securitização, em situações adversas poderá haver perdas por parte do Fundo em seu investimento em CRA, em razão do dispêndio de tempo e recursos para execução judicial desses direitos. Assim, o caráter recente da legislação referente a CRA e de sua paulatina consolidação levam à menor previsibilidade quanto à sua aplicação e interpretação ou a eventuais divergências quanto a suas estruturas pelos investidores, pelo mercado e pelo poder judiciário, deste modo afetando de forma adversa o investimento do Fundo em CRA, e consequente afetando adversamente as suas cotas.

(xx) Riscos relacionados aos créditos que lastreiam os CRA

Para os contratos que lastreiam a emissão dos CRA em que os devedores têm a possibilidade de efetuar o pagamento antecipado dos créditos do agronegócio, esta antecipação poderá afetar, total ou parcialmente, os cronogramas de remuneração, amortização e/ou resgate dos CRA, bem como a rentabilidade esperada do papel.

Para os CRA que possuam condições para a ocorrência de vencimento antecipado de seu contrato lastro, a companhia securitizadora emissora dos CRA promoverá o resgate antecipado dos CRA, conforme a disponibilidade dos recursos financeiros. Assim, os investimentos do

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

Fundo nestes CRA poderão sofrer perdas financeiras no que tange à não realização do investimento realizado (retorno do investimento ou recebimento da remuneração esperada), bem como a gestora poderá ter dificuldade de reinvestir os recursos à mesma taxa estabelecida como remuneração do CRA, anteriormente investido.

A capacidade da companhia securitizadora emissora dos CRA de honrar as obrigações decorrentes dos CRA depende do pagamento pelo(s) devedor(es) dos créditos do agronegócio que lastreiam a emissão dos CRA e da execução das garantias eventualmente constituídas. Os créditos do agronegócio representam créditos detidos pela companhia securitizadora contra o(s) devedor(es), correspondentes aos saldos do(s) contrato(s) do agronegócio, que compreendem atualização monetária, juros e outras eventuais taxas de remuneração, penalidades e demais encargos contratuais ou legais. O patrimônio separado constituído em favor dos titulares dos CRA não conta com qualquer garantia ou coobrigação da companhia securitizadora. Assim, o recebimento integral e tempestivo do Fundo e pelos demais titulares dos CRA dos montantes devidos, conforme previstos nos termos de securitização, depende do recebimento das quantias devidas em função dos contratos do agronegócio, em tempo hábil para o pagamento dos valores decorrentes dos CRA. A ocorrência de eventos que afetem a situação econômico-financeira dos devedores poderá afetar negativamente a capacidade do patrimônio separado de honrar suas obrigações no que tange ao pagamento dos CRA pela companhia securitizadora.

(yy) Risco de execução das garantias atreladas aos CRA

O investimento do Fundo em CRA inclui uma série de riscos, dentre estes, o risco de inadimplemento e consequente execução das garantias outorgadas à respectiva operação, podendo, nesta hipótese, a rentabilidade do Fundo ser afetada.

Em um eventual processo de execução das garantias dos CRA em que o Fundo investiu, poderá haver a necessidade de contratação de consultores, dentre outros custos, que deverão ser suportados pelo Fundo, na qualidade de investidor dos CRA. Adicionalmente, a garantia constituída em favor dos CRA pode não ter valor suficiente para suportar as obrigações financeiras atreladas a tal CRA.

Desta forma, uma série de eventos relacionados à execução de garantias dos CRA poderá afetar de forma adversa o valor das cotas e a rentabilidade do investimento no Fundo.

(zz) Riscos relacionados ao desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro

Não há como assegurar que, no futuro, o agronegócio brasileiro (i) terá taxas de crescimento sustentável, e (ii) não apresentará perdas em decorrência de condições climáticas desfavoráveis, redução de preços de commodities do agronegócio nos mercados nacional e internacional, alterações em políticas de concessão de crédito para produtores nacionais, tanto da parte de órgãos governamentais como de entidades privadas, que possam afetar a renda dos devedores dos direitos creditórios vinculados aos CRA e, consequentemente, a sua

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

capacidade de pagamento, bem como outras crises econômicas e políticas que possam afetar o agronegócio. A redução da capacidade de pagamento dos direitos creditórios vinculados aos CRA poderá impactar negativamente a capacidade de pagamento dos CRA e consequentemente afetar negativamente a rentabilidade do Fundo.

7. Encargos, taxa de administração, taxa de performance, taxa de custódia e taxa de ingresso/distribuição primária

Taxa de administração - o Fundo paga uma taxa de administração equivalente a 1,20% ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo provisionada diariamente e paga mensalmente à Administradora.

No exercício atual, foi provisionada a importância de R\$ 13.656 (período anterior - R\$ 3.810) a título de taxa de administração.

Taxa de desempenho - o Regulamento do Fundo não prevê a cobrança de taxa de desempenho.

Taxa de custódia - o Regulamento do Fundo não prevê a cobrança de taxa de custódia.

Taxa de distribuição primária - quando da subscrição e integralização de cotas do Fundo, poderia ser devida pelos cotistas e investidores taxa de distribuição primária, por cota subscrita, equivalente a um percentual fixo, conforme determinado em cada nova emissão de cotas.

Os recursos captados a título de taxa de distribuição primária seriam utilizados para pagamento dos custos de distribuição primária. Caso após o pagamento de todos os gastos da distribuição primária das cotas houvesse algum valor remanescente decorrente do pagamento da taxa de distribuição primária, tal valor seria revertido em benefício do Fundo.

No exercício atual houve uma sobra de distribuição referente a 2ª e 3ª emissão de cotas no montante de R\$ 869 (período anterior houve uma sobra de distribuição referente a 1ª emissão de cotas no montante de R\$ 430) do qual foi revertido em benefício do Fundo.

8. Política de distribuição dos resultados

Em consonância com o Ofício-Circular/CVM/SIN/SNC/nº 01/2015 e Ofício-Circular/CVM/SIN/SNC/nº 01/2014, o Fundo distribui rendimentos aos cotistas com base no resultado líquido obtido nos exercícios apurado segundo o regime de competência. Na apuração, tendo como base a Demonstração de Resultado do Fundo são considerados, independentemente de ter ocorrido o encaixe dos recursos: (i) os juros dos ativos investidos; (ii) a atualização monetária dos ativos investidos; (iii) as despesas administrativas e gerais do Fundo; e (iv) as eventuais outras despesas e receitas ocorridas. Este resultado é denominado como Lucro Base para Distribuição (item 2 da tabela abaixo).

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

Vale destacar que, em respeito à necessidade de existência de lastro econômico para a realização das distribuições, o Fundo não distribuirá rendimentos superiores ao Lucro Base para Distribuição do período, sem prejuízo do acréscimo à referida distribuição, quando aplicável, de eventual saldo acumulado de Lucro oriundo de períodos anteriores (itens 4 e 5 respectivamente do quadro abaixo).

Não obstante, em virtude da distribuição de rendimentos pelo regime de competência, em conjunto com a natureza de pagamento da remuneração de alguns títulos (que possuem características como: i. período de carência; ii. pagamentos anuais e/ou; iii. pagamentos apenas no resgate, essa última característica presente nas LCI), o Fundo poderá vir a distribuir temporariamente rendimentos superiores ao Lucro Base Caixa no Exercício (item 1 do quadro abaixo). Para efeitos de reconciliação, os resultados distribuídos que excedem o Lucro base Caixa e que não poderão compor a base de distribuição quando materializados em caixa estão identificados como Lucro Caixa a Compensar, sendo o saldo acumulado na data de 30 de junho de 2023 de R\$ 30.445 (R\$ 4.923 em 2022).

	<u>30/06/2023</u>	<u>30/06/2022</u>
Lucro Contábil	178.965	44.068
(+/-) Juros e correção monetária de Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA não recebidos	(29.715)	(5.666)
(+/-) Juros e correção monetária de Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI não recebidos	(55)	-
(-) Outras Receitas Não Recebidos ou Recebidos no Exercício/Período	(869)	(430)
(+) Despesas Não Pagas no Exercício/Período	873	722
Lucro sem o efeito da sobra de distribuição da 1ª emissão	149.199	38.694
Sobra de distribuição - 1ª emissão de cotas	-	-
Sobra de distribuição - 2ª emissão de cotas	394	430
Sobra de distribuição - 3ª emissão de cotas	475	-
1 Lucro Base Caixa no Exercício/Período	150.068	39.124

-

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

Ajustes ao lucro base caixa a serem aprovados na Assembleia Geral de Cotistas

Ajustes Juros e Correção Monetária de Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA	29.715	5.666
Ajustes Juros e Correção Monetária de Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI	55	-
Ajustes Outras Despesas	(873)	(722)
Total dos ajustes	28.897	4.944

2 Lucro Base para distribuição	178.965	44.068
---------------------------------------	----------------	---------------

3 Distribuição de resultado no exercício/período	(175.590)	(44.047)
Rendimentos pagos antecipadamente no exercício/período	157.401	35.308
Rendimentos a pagar correspondente ao resultado no exercício/período	(18.189)	(8.739)

Rendimentos distribuídos no exercício em % do Lucro Caixa do exercício/período	117%	113%
---	-------------	-------------

4 Lucro Base para distribuição Acumulado do Exercício/Período (2) – (3)	3.375	21
--	--------------	-----------

5 Lucro Base para distribuição Acumulado	3.396	21
---	--------------	-----------

6 Lucro Caixa a Compensar do Exercício/Período (3) - (1)	25.522	4.923
Saldo Lucro Caixa a Compensar Acumulado	30.445	4.923

Demonstrativo das distribuições e resultados acumulados desde o início do Fundo:

	30/06/2023	30/06/2022
Resultados e Distribuição Acumulada Desde o Início do Fundo	Valor	Valor
7. Somatório da Distribuição de Rendimentos desde o início do Fundo	219.637	44.047
8. Somatório do Lucro Base para Distribuição desde o início do Fundo	223.033	44.068
9. Somatório do Lucro Base Caixa desde o início do Fundo	189.192	39.124
Σ Distribuição de Rendimentos / Σ Lucro Base Distribuição (7)/(8)	98%	100%
Σ Distribuição de Rendimentos / Σ Lucro Base Caixa (7)/(9)	116%	113%

A distribuição de rendimentos é realizada mensalmente no 9º (nono) dia útil do mês subsequente à apuração de rendimentos pelo Fundo. Fazem jus à distribuição os titulares de cotas emitidas, subscritas e integralizadas no Fundo, no fechamento do último dia útil de cada mês de apuração dos lucros auferidos, de acordo com as contas de depósito mantidas pela instituição responsável pela prestação de serviços de escrituração das cotas do Fundo. O lucro

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

base para distribuição não distribuído acumulado até 30 de junho de 2023 é de R\$ 3.396 (R\$ 21 em 2022).

9. Patrimônio líquido

Cotas de investimento

Em 15 de outubro de 2021, foi publicado o anúncio de início da distribuição da 1ª emissão, sendo ofertadas 4.250.000 (quatro milhões e duzentas e cinquenta mil) cotas, em classe e série únicas, com valor unitário inicial de R\$ 100 (cem reais) que era corrigido pela variação do patrimônio do Fundo a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de emissão e assim sucessivamente nas demais datas de integralização, perfazendo o valor total de, inicialmente, R\$ 425.000 (quatrocentos e vinte e cinco milhões de reais). Na 1ª emissão foram subscritas e integralizadas 5.099.919 (cinco milhões, noventa e nove mil, novecentas e dezenove) cotas, no montante de R\$ 512.343.

Em 12 de maio de 2022, foi publicado o anúncio de início da distribuição da 2ª emissão, sendo ofertadas 2.500.000 (duas milhões e quinhentas mil) cotas, em classe e série únicas, com valor unitário inicial de R\$ 100,92 (cem reais e noventa e dois centavos), perfazendo o valor total de, inicialmente, de até R\$ 252.300 (duzentos e cinquenta e dois milhões e trezentos mil reais). Na 2ª emissão foram subscritas 3.000.000 (três milhões) cotas, perfazendo o montante de R\$ 302.760 (trezentos e dois milhões e setecentos e sessenta mil reais).

Em 10 de novembro de 2022, foi publicado o anúncio de início da distribuição da 3ª emissão, sendo ofertadas 5.000.000 (cinco milhões) de cotas em classe única, a serem colocadas em até duas séries (respectivamente a “1ª Série” e a “2ª Série”), com valor unitário inicial de R\$ 102,13 (cento e dois reais e treze centavos), perfazendo o valor total de, inicialmente, até R\$ 510.650 (quinhentos e dez milhões e seiscentos e cinquenta mil reais). Na 3ª emissão foram subscritas 6.000.000 (seis milhões) cotas, perfazendo o montante de R\$ 612.955 (seiscentos e doze milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e três reais e vinte e oito centavos).

Em 05 de junho de 2023, foi publicado o anúncio de início da distribuição da 4ª emissão, sendo ofertadas até 6.000.000 (seis milhões) cotas, em classe e série únicas, serem colocadas em até duas séries (respectivamente, a “1ª Série” e a “2ª Série”), com valor unitário inicial de R\$ 102,26 (cento e dois reais e vinte e seis centavos), perfazendo o valor total de, inicialmente, de até R\$ 613.560 (seiscentos e treze milhões, quinhentos e sessenta mil reais). Dos quais no exercício foram integralizadas 1.389.409 cotas no montante de R\$ 142.081.

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

	<u>Quantidade de Cotas</u> <u>Integralizadas</u>
Saldo em 18 de outubro de 2021 (início das atividades)	-
Integralização de Cotas – 1ª Emissão (encerrada em 10/01/2022)	5.099.919
Integralização de Cotas – 2ª Emissão – Direito de Preferência e de sobras (encerrados em 24/06/2022)	1.973.740
Saldo em 30 de junho de 2022	7.073.659
Integralização de Cotas - 2ª Emissão (início em 12/05/2022 e encerramento em 24/06/2022)	1.026.260
Integralização de Cotas - 3ª Emissão (início em 10/11/2022 e encerramento em 11/01/2023)	6.000.000
Integralização de Cotas - 4ª Emissão (início em 05/06/2023 e encerramento em andamento)	1.389.409
Saldo em 30 de junho de 2023	15.489.328

Em 30 de junho de 2023 estão compostas por 15.489.328 cotas (7.073.659 cotas em 2022), com valor patrimonial R\$ 103,531054 cada (R\$ 100,928436 cada em 2022), totalizando R\$ 1.603.626 (R\$ 713.933 em 2022).

10. Emissão, resgate e amortização de cotas

Emissão - o montante de cotas emitidas no âmbito da primeira emissão de cotas do Fundo, bem como o respectivo valor por cota, foi definido por meio do ato do Administrador.

A Administradora, conforme recomendação da Gestora, poderá deliberar por realizar novas emissões das cotas, sem a necessidade de aprovação em Assembleia geral de Cotistas, desde que limitadas ao montante máximo de R\$ 20.000.000 (vinte bilhões de reais), não se considerando, para estes fins, as cotas da primeira emissão do Fundo ("Capital Autorizado"), o valor de cada nova cota deverá ser fixado conforme recomendação da Gestora. As cotas serão objeto de oferta pública registrada, ou dispensada de registro, na CVM nos termos da legislação aplicável.

Não poderá ser iniciada nova distribuição de cotas antes de totalmente subscrita, encerrada ou cancelada a distribuição anterior.

Resgate - não é permitido o resgate de cotas.

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

Amortização - caso a Gestora não encontre ativos elegíveis para investimento pelo Fundo, a seu critério, o saldo de caixa pode ser distribuído aos cotistas, a título de distribuição de rendimentos e/ou amortização de principal, sendo que, nesta hipótese, a Gestora deve informar à Administradora a parcela dos recursos pagos aos respectivos cotistas a título de distribuição de rendimentos e/ou amortização de principal.

No exercício atual e período anterior, não houve amortização de cotas.

11. Rentabilidade

Em 30 de junho de 2023 o valor patrimonial da cota é de R\$ 103,531054 (R\$ 100,928436 em 2022) cada.

A rentabilidade percentual média das cotas do Fundo calculada considerando o resultado do período sobre a quantidade média ponderada de cotas integralizadas existentes no período foi de R\$ 16,05 (R\$ 9,76 em 2022), equivalente a um percentual de 15,62% (9,66% em 2022) sobre o patrimônio líquido médio.

O percentual médio dos rendimentos distribuídos por cota no período considerando o rendimento distribuído no período sobre a quantidade média ponderada de cotas integralizadas existentes no período foi de R\$ 15,75 por cota (R\$ 9,76 por cota em 2022), equivalente a um percentual de 15,32% (9,66% em 2022) respectivamente sobre o patrimônio líquido médio.

12. Negociação de cotas

O Fundo possui suas cotas negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código KNCA11. O preço de fechamento da cota no último dia de negociação de cada mês encontra-se abaixo:

Data	Cotação	Data	Cotação
18/01/2022	102,24	31/10/2022	109,79
31/01/2022	109,18	30/11/2022	106,42
25/02/2022	107,00	29/12/2022	107,30
31/03/2022	109,85	31/01/2023	109,86
29/04/2022	112,87	28/02/2023	106,80
31/05/2022	108,50	31/03/2023	106,00
30/06/2022	107,61	28/04/2023	105,67
29/07/2022	106,93	31/05/2023	106,98
31/08/2022	106,98	30/06/2023	107,30
30/09/2022	107,35		

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

13. Encargos debitados ao Fundo

Descrição	30/06/2023	% sobre PL Médio (*)	30/06/2022	% sobre PL Médio (*)
Remuneração da administração	(13.656)	(1,19)	(3.810)	(0,83)
Auditoria e custódia	(979)	(0,09)	(257)	(0,06)
Taxa de fiscalização CVM	(46)	0,00	(23)	(0,01)
Outras Despesas	(365)	(0,03)	(144)	(0,03)
Total	(15.046)	(1,31)	(4.234)	(0,93)

(*) Percentual calculado sobre o patrimônio líquido médio no exercício, no valor de R\$ 1.146.030 (R\$ 456.023 em 2022).

14. Tributação

O Fundo, conforme legislação em vigor é isento de impostos, inclusive de imposto de renda, que só incide sobre as receitas de aplicações financeiras de acordo com o artigo 28 da Instrução Normativa RFB 1022 de 5 de abril de 2010, parcialmente compensáveis quando da distribuição de rendimentos aos cotistas, que estão sujeitos à incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF à alíquota de 20%.

De acordo com artigo n.º 32 da referida Instrução Normativa, os rendimentos distribuídos pelos Fundos de Investimento Imobiliário, cujas cotas sejam admitidas à negociação exclusivamente em bolsas de valores ou no mercado de balcão organizado ficam isentos de imposto de renda recolhidos na fonte e declaração de ajuste anual das pessoas físicas, limitadas pelos dispositivos da legislação em vigor.

Além disso, de acordo com o artigo 88 da Instrução Normativa RFB nº 1.585/2015, os rendimentos de cotas detidas por cotistas localizados em paraíso fiscal são tributados em 20% e para cotistas não residentes em paraíso fiscal em 15%.

A Receita Federal do Brasil (RFB) publicou em 2 de setembro de 2015 a Instrução Normativa nº 1.585, que dispõe sobre o imposto sobre a renda incidente sobre os rendimentos e ganhos líquidos auferidos nos mercados financeiro e de capitais, em substituição à Instrução Normativa nº 1.022, de 5 de abril de 2010. As alterações introduzidas pela nova instrução entrarão em vigor a partir da data de publicação.

15. Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

16. Serviços de tesouraria, escrituração e custódia

Os serviços de tesouraria, escrituração e custódia do Fundo são prestados pelo Itaú Unibanco S.A.

17. Demonstrativo do valor justo

O Fundo aplica o CPC 48 e o artigo 2º da Instrução CVM n.º 516/2011, para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Nível 1 - O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data de balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2 - O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnica de avaliação. Essas técnicas maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.
- Nível 3 - Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem aquelas descritas no artigo 7º da Instrução CVM nº 516/11.

a) A tabela abaixo apresenta os ativos do Fundo mensurados pelo valor justo em 30 de junho de 2023 e 2022:

Em 30 de junho de 2023

Ativos

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Letra de Crédito Imobiliário – LCI	-	152.825	-	152.825
	-	152.825	-	152.825
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	-	1.389.023	-	1.389.023

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	31.943	-	31.943
Total do ativo	-	1.420.966	-	1.420.966

Em 30 de junho de 2022

Ativos

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo total
Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA	-	594.599	-	594.599
Total do ativo	-	594.599	-	594.599

18. Partes relacionadas

Em 30/06/2023 o Fundo possuía um saldo de conta corrente no montante de R\$ 31 com o Itaú Unibanco S.A.

As operações do Fundo são feitas substancialmente por intermédio de corretora ligada à Administradora ou à Gestora da carteira, observado que a referida corretora não atua como contraparte do Fundo, apenas sendo utilizada para intermediar tais operações.

Os títulos emitidos por empresas ligadas à Administradora ou à Gestora encontram-se, quando aplicável, em destaque na Demonstração da Composição e Diversificação das Aplicações.

Os serviços de administração, gestão, custódia, controladoria, escrituração, tesouraria e distribuição de cotas, cuja despesa reconhecida no resultado do exercício foi de R\$ 13.656 (nota 7), foram prestados por empresas relacionadas à Administradora e/ou à Gestora do Fundo.

19. Outros serviços prestados pelos auditores independentes

De acordo com a Instrução CVM nº 381, a administradora não contratou outros serviços, que envolvam atividades de gestão de recursos de terceiros, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras do Fundo, que não seja o de auditoria externa.

20. Divulgação de informações

A Administradora divulga as informações periódicas e pontuais referentes ao Fundo e suas atividades de acordo com as regras da CVM: na página da Administradora na rede mundial de computadores e mantida disponível aos cotistas em sua sede, além do envio das informações referidas à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, bem como à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores.

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

21. Alterações estatutárias

Em 01 de junho de 2023 foi aprovada realização da oferta pública de distribuição de cotas da 4ª emissão do Fundo, colocadas em até 2 (duas) séries (respectivamente, a “1ª Série” e a “2ª Série”), cuja oferta será realizada no Brasil, sob coordenação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenador Líder”), a ser realizada sob o regime de melhores esforços de colocação, nos termos do artigo, 26, VII, (c) da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, da Resolução da CVM nº 39, de 13 de julho de 2021, e, subsidiariamente, da Instrução da CVM nº 472, de 31 de outubro de 2008, conforme alterada e demais leis e regulamentações aplicáveis.

Em 03 de outubro de 2022 foi aprovada realização da oferta pública de distribuição de cotas da 3ª emissão do Fundo, colocadas em até 2 (duas) séries (respectivamente, a “1ª Série” e a “2ª Série”), cuja oferta será realizada no Brasil, sob coordenação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenador Líder”), a ser realizada sob o regime de melhores esforços de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 e da Instrução da CVM nº 472, de 31 de outubro de 2008, conforme alterada e demais leis e regulamentações aplicáveis.

22. Informações adicionais

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou em 23 de dezembro de 2022 a Resolução CVM nº 175 que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos de investimentos. A referida Resolução revoga, dentre outras, a Instrução CVM nº 472/08 e entrará em vigor em 3 de abril de 2023, sendo que alguns de seus dispositivos entrarão em vigor em datas posteriores, conforme especificado na nova Resolução.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou em 28 de março de 2023 a Resolução CVM nº 181, que promove alterações pontuais e prorroga o início de vigência da Resolução CVM nº 175 de 3 de abril de 2023 para 2 de outubro de 2023.

A Administradora está em processo de avaliação das eventuais adequações que serão necessárias para o pleno atendimento da norma no prazo determinado pelo regulador. Na data de publicação dessas demonstrações financeiras, não há impactos decorrentes da publicação da nova Resolução.

Há um debate entre a CVM e a Administradora relacionado aos aprimoramentos contábeis adotados pelo Fundo que seguiu, conforme descrito na nota 3 (b), a política contábil de mensuração dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRAs e Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes para fins de contabilização e elaboração das suas demonstrações financeiras. Referida política contábil, respaldada por avaliações internas do Administrador e do Gestor, bem como por

KINEA CRÉDITO AGRO FIAGRO - IMOBILIÁRIO

(CNPJ: 41.745.701/0001-37)

(Administrado pela Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

(CNPJ: 62.418.140/0001-31)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023 e 2022.

(Em milhares de reais, exceto valor unitário das cotas)

discussões com os auditores e seus assessores contábeis e legais, resulta, na visão da Administradora, em maior clareza para os usuários das demonstrações financeiras e outros informes e representa de maneira mais fidedigna o modelo de negócios do Fundo.

Em que pese a visão da Administradora sobre a adequação dos aprimoramentos da política contábil, informamos que existe a possibilidade de reversão da política contábil adotada, com a consequente republicação das demonstrações financeiras, a depender do resultado das discussões junto à CVM.

De qualquer forma, destaca-se que a eventual reversão dos aprimoramentos implementados (ou a manutenção da política contábil de mensuração dos CRAs e dos CRIs pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes) não causa e não causará impacto ao valor patrimonial das cotas, tampouco implica em qualquer alteração (redução ou aumento) no lucro base de distribuição já apurado ou a ser apurado pelo Fundo.

Na presente data, o assunto em questão encontra-se sob análise da CVM, sendo certo que a Administradora adotará de forma integral as medidas administrativas estabelecidas pela CVM para pacificação do tema.

Nesse contexto, até a data de apresentação dessas demonstrações financeiras, não houve impacto para o Fundo em decorrência do assunto acima mencionado.

WESLEI PACHECO LIMA
CRC 1SP305053/O-9

ROBERTA ANCHIETA DA SILVA
Diretora Responsável